



Não-binariedade: uma análise neomaterialista

Atilio Butturi Junior* e Nathalia Muller Camozzato

Universidade Federal de Santa Catarina, Rua Engenheiro Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n., 88040-900, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

*Autor para correspondência. E-mail: atilio.butturi@ufsc.br

RESUMO. Este artigo tem como objetivo analisar a linguagem não-binária segundo as próprias pessoas autoidentificadas como não-binárias e seus efeitos na constituição de práticas de si e de saberes. Para tanto, partimos da análise neomaterialista dos discursos no esforço de uma leitura intra-ativa e decolonial da não-binariedade, não restrita à língua. Metodologicamente, produzimos um corpus a partir de duas estratégias: a primeira, a criação, em 2023, de um questionário enviado a pessoas que fazem graduação da Universidade Federal de Santa Catarina e se autodesignam como NB; a segunda, a tomada de recortes de falas de uma mesa-redonda de um evento sobre linguagem inclusiva realizado, on-line, em 2023. Tendo isso em vista, inicialmente discorremos sobre nosso entendimento da não-binariedade como intra-ação material-discursiva para, então, analisarmos algumas das regularidades. De modo geral, notamos que, enquanto entre as pessoas da graduação da UFSC está presente uma exigência de visibilização pela linguagem, no evento coloca-se em xeque o papel da linguagem, do discurso e dos saberes acadêmicos na produção da binariedade, o que aponta para a relação entre variadas formas de violência, inclusive epistemológicas, por um lado, e para a demanda por invenções de si múltiplas e incorporadas das próprias pessoas que aqui ganham a cena pública e reivindicam para si mesmas outras formas de subjetividade e de corporalidade.

Palavras-chave: linguagem não-binária; intra-ação; gênero; análise neomaterialista dos discursos.

Non-binarity: a neomaterialist analysis

ABSTRACT. The aim of this article is to analyze non-binary language according to people who self-identify as non-binary and its effects on the constitution of practices of self and knowledge. To do so, we start from the neo-materialist analysis of discourses in an effort to achieve an intra-active and decolonial reading of non-binarity, not restricted to language. Methodologically, we produced a corpus based on two strategies: firstly, the creation, in 2023, of a questionnaire sent to undergraduates at the Federal University of Santa Catarina who describe themselves as NB; and secondly, the use of clips of speeches from a roundtable discussion at an event on inclusive language held online in 2023. With this in mind, we first discuss our understanding of non-binarity as a material-discursive intra-action and then analyze some of the regularities. In general, we observed that, while among the undergraduates at UFSC there is a demand for visibility through language, at the event the role of language, discourse and academic knowledge in the production of binarity is called into question, which points to the relationship between various forms of violence, including epistemological violence, on the one hand, and the demand for multiple and incorporated inventions of self by the very people who take to the public stage and claim for themselves other forms of subjectivity and embodiment.

Keywords: non-binary language; intra-action; gender; neo-materialist discourse analysis.

Received on February 15, 2024.

Accepted on October 5, 2024.

Introdução

‘Gostaria de ter a opção de ser tratada por linguagem neutra mesmo que fosse só em mensagens automáticas’. É com essa resposta, como reivindicação de si e reivindicação da posição política do outro, que abrimos este texto. Para produzi-lo, resolvemos inicialmente ouvir as pessoas não-binárias e suas demandas, daí a presença do excerto. Nosso esforço, então, partiu de duas estratégias: primeiro, criamos um questionário bastante simples sobre autoidentificação, que foi enviado ao corpo discente de Letras da UFSC, compartilhado em nossas redes sociais e encaminhado a algumas articulações digitais da comunidade gênero-dissidente da universidade, o que acabou por angariar respostas de pessoas NB de vários cursos – todos entre Letras, Jornalismo e Ciências Humanas. Depois disso, nos voltamos ao vídeo de uma mesa de evento sobre linguagem não-binária,

realizado em 2023, cujos discursos tensionavam os limites de uma representação pela linguagem e a apontavam ora para um saber heterociscentrado ora para a simplificação das pessoas trans* – aqui lidas com Halberstam (2018) como uma proposta de invenção disjuntiva e não como normalização – a um problema de linguagem.

Tendo em vista esses dois recortes e, no interior dessa problematização sobre o uso da linguagem, mas, no limite, sobre certa natureza da linguagem de que nos ocuparemos aqui, queremos chamar a atenção para duas estratégias axiais: a primeira, da ordem de uma agonística entre a exigência de condições de existência para determinadas formas de vida – neste caso, das pessoas não-binárias – e seus elos constitutivos com a linguagem e a ‘guerra ao sexo’ (Halperin, 2017) que tem se avolumado nas governamentalidades neoconservadoras (Cowan, 2014) em que nos debatemos, cuja marca é a de engendrar uma prática de suspeição risível (o ‘politicamente correto’, a ‘cultura woke’ ou o ‘mimimi’) e uma aliança, notadamente na América Latina, como explicam Birolli, Vaggione, e Machado (2020), entre diversos grupos e sujeitos dispostos a criar dispositivos de exceção e morte para as existências gênero-dissidentes¹.

A segunda se dá na ordem da contestação da matriz unitária de um ‘pensamento não-binário’, dos ‘gender studies’ de uma ‘teoria queer’ universal (nos termos criticados por Warner) e da exigência de ‘decolonizar o gênero’ (Lugones, 2014) justamente porque as memórias, as práticas e os discursos, bem como a rede conceitual de que nos valem, nem sempre funciona especularmente entre o norte e o sul global – muito embora estejamos assistindo, ao menos desde a década de oitenta do século XX e para a América Latina um adensamento da perspectiva de um Império (Hardt & Negri, 2004).

Sobre a agonística, pensamos nos projetos de lei que têm por objeto a proibição do uso do que se chamava de ‘linguagem neutra’, cujo ponto central era a relação entre a produção de uma governamentalidade neoliberal-cristã, no Brasil e em outros países da América Latina, e a invenção do gênero como um problema – sobretudo naquilo que ele oferecia como questionamento de certa matriz colonial patriarcal. Gostaríamos de tomá-la, neste escrito, como uma espécie de pano de fundo, como a rede de ‘intra-ação’ entre agentes humanos e não-humanos que constitui um arquivo no *continuum* tecnobiodiscursivo. Por ‘intra-ação’ entenderemos a relação de agenciamentos sempre em rede, não-individualizáveis e que dizem respeito a humanos e não-humanos (Barad, 2017). Uma intra-ação se dá sempre em fenômenos localizáveis e em certos ‘cortes agenciais’, que dizem respeito a como poder, agência e resistência se produzem em arranjos material-discursivos sempre específicos e contingentes. Todavia, a essa rede queremos juntar relações localizadas e corporificadas e, sobretudo, encontros que parecem afetar não só as políticas tecnocorpóreas e subjetivas em que nos incluímos – no Brasil, em Santa Catarina e na Universidade Federal de Santa Catarina – mas a própria constituição de um saber não-binário que não redunde num espelhamento, mas inaugura uma contestação desde nossa ancoragem no acontecimento e na geografia daqui.

Isto posto, este artigo parte do que temos chamado de análise neomaterialista dos discursos, sua tecnolocalidade gendrada e racializada, como descreveremos a seguir, e sua relação com uma leitura pragmática, e analisa os enunciados de pessoas não-binárias acerca das demandas de uso da chamada linguagem inclusiva-neutra-não binária – doravante linguagem NB – e dos vértices que esse uso, ou sua interdição, guardam com suas modalidades de vida. O texto, para tanto, se inicia com uma breve descrição teórica, para depois passar a uma espécie de genealogia dos saberes sobre a limitrofia decolonial. Finalmente, parte para análise de enunciados de pessoas não-binárias para entendê-los em seu caráter de invenção e em seus efeitos de problematização dos saberes sobre a linguagem, sobre o sujeito e sobre os dispositivos gendro-racializantes.

Incorporar o discurso

Na tensão do fluxo de teorias entre os eixos norte-sul – assumindo-se, como indica Claudia Lima Costa (2020), a possibilidade de uma tradução teórica decolonial como relacionamento e diferença radical, assomada de falsificações, camuflagens e ambivalências – uma pletera de apostas têm sido mobilizadas para endereçar o fenômeno da linguagem gênero-dissidente, sobretudo a partir das categorias de ‘linguagem neutra’ ou ‘linguagem não-binária’, tal como ocorrido no Brasil (Borba & Lopes, 2019; Habib, 2021; Santos Filho, 2021; para citar apenas alguns exemplos).

Metodologicamente, nossa análise neomaterialista funda-se: na crítica ao exclusivismo humano-linguístico e à produção de descrições que redundem apenas em efeitos de sentido, visto que os efeitos percorrem corpos, artefatos, coisas, tecnologias etc.; na assunção de *assemblages* ou de dispositivos

¹ Estamos entendendo gênero-dissidências como as práticas, os discursos e as formas de vida que são enquadradas como problemáticas pelos dispositivos colonial-gendrados ocidentais.

relacionais, como quer Lemke (2021), o que implica a distribuição da agência e de seus efeitos entre humanos e não-humanos sempre tomados na intra-ação. Dessa perspectiva, entendemos que “[...] o universo é intra-atividade agencial em seu devir. As unidades ontológicas primárias não são ‘coisas’, mas fenômenos - reconfigurações/enredamentos/relacionalidades/ (re)articulações [...]” (Barad, 2017, p. 22, destaques do original); na tomada do corpo como espaço de tensionamento de limites entre humano e não-humano (Esposito, 2015; Butler, 2020). Nossa proposta é, portanto, incorporada geograficamente, localmente e na própria inscrição de processos de corporificação difusos e difrativos (Barad, 2017; Butler, 2020).

Inicialmente, o esforço desta seção consiste em discutir a materialidade linguístico-corporal gênero-dissidente e os efeitos da materialização de dissidências sexuais e de gênero na linguagem como uma forma de ação que produzirá inteligibilidade para os sujeitos ao mesmo tempo em que produzirá esses mesmos sujeitos (Butler, 2018a) e, nas ‘intra-ações’ (Barad, 2017) entre linguagem, discursos, tecnologias e materialidades, dirão, em última instância, de quem vive, de quem morre e a que preço (Haraway, 2009).

A proposta é de, entabulando as discussões de uma pragmática performativa da linguagem desde uma perspectiva discursiva neomaterialista (Butturi Junior & Camozzato, 2023), atravessar a performatividade tal como reelaborada de Austin por Derrida (1991) e, finalmente, retomada e ampliada por Butler para as dimensões do gendramento, dos discursos de ódio e da materialização dos corpos (Butler, 2018a; 2020; 2021). É importante fazer notar que o exercício de discussão empreendido aqui implica menos em uma assimilação dos postulados teóricos mobilizados para o caso em tela neste estudo do que em uma apropriação menor, heterolínque, desidentificada, estiolada e sudaca – espécie de colagem performativa queer/cuir nos diferentes solos ontológicos que tais estudos solicitam no norte e no sul globais – que forneça substrato para refletir as práticas linguísticas gênero-dissidentes como da ordem de uma ação com efeitos linguísticos, discursivos, políticos e materiais.

Antes de passar a Butler, à linguagem e ao gênero performativo, detenhamo-nos muito brevemente em Derrida – de toda forma, um autor presente em boa parte dos debates decoloniais e neomaterialistas, devidamente usado como uma ‘caixa de ferramentas’, à Foucault. Em ‘Assinatura, Acontecimento e Contexto’, Derrida (1991) acompanha o que chama problemática do performativo austiniano, tomando-a como fecunda justamente em seus impasses e fissuras. É nesse íterim que o filósofo – e como veremos, também Judith Butler – endereça os chamados usos parasitários e anormais do performativo (o humor, a comicidade, a poesia a representação dramática etc.) como centrais à performatividade da linguagem – sua força e sua lei de surgimento – naquilo que indicam de uma iterabilidade geral.

O movimento derridiano é de submeter a condição performativa da linguagem (a ação e a produção de efeitos) (i) ao fracasso dos performativos como uma condição estrutural da teorias dos de fala – uma possibilidade necessária, dado que as convenções que determinam a felicidade de um ato também são aquelas que determinam sua infelicidade; e (ii) à condição de iterabilidade da linguagem, postulada por Derrida justamente a partir dos atos de fala parasitários, que não diz apenas da eventualidade de um rito, mas de um traço estrutural de toda marca, aquilo que, em primeiro lugar, garante a possibilidade de um performativo bem-sucedido.

Aqui, queremos ainda remeter Derrida às práticas da ‘limitrofia’ com que o autor questiona a produção da cisão entre o humano e o animal, por categorias como linguagem e consciência. Assim como fazia com a citacionalidade e sua deriva radical pressuposta, o que a discussão da limitrofia produz é a assunção da condição sempre iterativa, desta feita em práticas linguístico-materiais “[...] o que se avizinha dos limites, mas também os alimenta, se alimenta, se mantém, se cria e se educa, se cultiva nas margens do limite” (Derrida, 2002, p. 57). É nessa limitrofia que encontraremos Anzaldúa, Rivas e González, devidamente incorporados e de quem trataremos na seção seguinte. Dito de outro modo, tal qual a citacionalidade, a limitrofia opera tanto como uma categoria teórica quanto aponta para aquilo que é da ordem do ‘amasiamento’ (Anzaldúa, 1987), das relações ambíguas e da invenção, da associação material entre humanos e não-humanos. Assim é que a posição de Anzaldúa, “I want to be able to choose what to name myself [...]” (Anzaldúa, 2009, p. 164) coloca em jogo uma agentividade e uma tática que só pode existir na condição de ‘mestiza’, justamente porque é ela a que solicita o barramento do limite, a encruzilhada.

De Derrida, sua limitrofia e sua iteratividade, vamos a Butler (2018a; 2020; 2021). Não obstante, é a partir das interpenetrações entre atos de fala, performatividade, citacionalidade e gênero tal como elaboradas pela autora que passamos aqui a endereçar as marcações gênero-dissidentes nas práticas discursivas, lidas, desde Lemke (2016), como compósitos em que o limite entre discursivo e não-discursivo se esboroa. Dada a profusão de reverberações que a questão tem na obra da filósofa, não investigaremos detidamente os prismas pelos quais ela a problematizou, bastando-nos, demarcar:

(i) a conjugação entre linguagem e corporeidade na regulação dos corpos na postulação do gênero como performativo – ação linguística e parodística, dissonante, iterável, corporificada e ritualizável (Butler, 2018a);

(ii) o fenômeno da injúria/discursos de ódio tomado na senda da performatividade, pensando-se a injúria como uma violência linguística/corporal que lança o sujeito para fora do tempo e do espaço, logo uma materialização de sua vulnerabilidade linguística, apostando-se, contudo, na possibilidade de uma resposta crítica ao ato injurioso, uma vez que, em suas iterabilidades, está pressuposta também sua infelicidade e sua falha (Butler, 2021). Neste caso, a linguagem aparece como reivindicação política e social (Butler, 2015), mas também como condição de viabilidade para os corpos, num processo ao mesmo tempo discursivo, material e político;

(iii) a possibilidade mesma de um relato de si inteligível e reconhecível como da ordem do humano estar sempre vinculada à normatividades linguísticas e corporais que nos atravessam e nos excedem, um relato que, em última instância, nunca captura o corpo a que se refere, o que, por outro lado, institui uma ética relacional no gesto de tentar narrar a si mesmo como um corpo (Butler, 2017).

Ainda que a breve topicalização de algumas ponderações de Butler evidentemente não pretenda exaurir seu trabalho, admitimos que ela seja suficiente para algumas considerações sobre as materializações de dissidências sexuais e de gênero na língua e no discurso, incluídas aí as formas NB de linguagem, pensadas aqui como da ordem de um emaranhado material-discursivo. A primeira dirá da relação quiasmática entre performatividade linguística e formas de performatividade corporal, o que não quer dizer apenas que o corpo é objeto de ações regulatórias oriundas das ações da linguagem, mas que a linguagem, nas normatividades e inteligibilidades que agencia ao instaurar as normas de gênero, terá como consequência que modos menos inteligíveis de viver o próprio gênero estejam mais expostos ao risco, ao assédio, à patologização e à violência – ou seja, aos diferenciais de precariedade. A luta pela linguagem, torna-se, então, a luta pela aparição na esfera pública no campo do reconhecível. Dito de outro modo, ela pode ser lida em ‘intra-ação’ (Barad, 2017): uma reconfiguração contínua de compósitos-material discursivos não-isoláveis, que produzem efeitos e são produzidos no interior de acontecimentos-fenômenos.

Abre-se um horizonte de tensão não resolvível entre os nomes pelos quais as dissidências sexuais e de gênero são chamadas e os nomes pelos quais se chamam. Uma política do performativo voltada às dissidências sexuais e de gênero dá conta, a um só tempo, das afecções e agências da linguagem e do discurso em suas estratégias de designação de gênero e daquilo que os sujeitos chamariam de sua ação, seus gestos de autonegação, tendo-se como condição, em todo o caso, os efeitos corporais dessa política pragmática, seja na suscetibilidade corpórea do sujeito à linguagem – e o fato de que, para Butler, é nessa mesma suscetibilidade que algo novo pode aparecer –, seja na exposição ao risco e à morte que a vivência do gênero em termos menos inteligíveis enceta.

Concluindo provisoriamente esta seção, gostaríamos de indicar que, tal como este trabalho assume, a luta por inscrições das dissidências de gênero na língua (seja pela inclusão de pronomes, seja pela proposta de formas menos sexistas de enunciar, entre outras estratégias) é uma batalha ‘corpórea’ por condições de reconhecimento – e não apenas linguística. Desse modo, uma teoria do discurso e uma nova pragmática que se queiram éticas e sensíveis à intra-ação (Barad, 2017) das agências do corpo e da linguagem, deve, a partir de Butler, colocar-se a seguinte questão: “Como os excluídos chamam a si mesmos? Como eles aparecem, por intermédio de quais convenções e com que efeito sobre os discursos dominantes que operam por meio de esquemas lógicos tomados como certos?” (Butler, 2018b, p. 29).

Na próxima seção, vamos ao sul e ao debate sobre essa intra-ação, pensando na atualidade de suas formulações e na produtividade de seu pensamento para as políticas linguístico-corporais não-binárias.

Localizar a língua

Ora, como dissemos no início do texto, interessa-nos a suspeição em relação às diversas formas de colonialidade e sua relação constitutiva com os dispositivos. De antemão, há que se deslindar a leitura do dispositivo, a partir de Foucault (2009), pela genealogia corporal-biopolítica que o conceito exige em seu uso foucaultiano e que deve ser lida na modalidade de uma intra-ação, de ‘assemblage’ entre o humano e o não-humano, o discursivo e o não-discursivo, o vivo e o tecnovivo (Lemke, 2016; 2021; Butturi Junior & Camozzato, 2023).

Como dispositivo, temos defendido que há na constituição da linguagem e em seu uso uma série de cisões que, na tradição dos saberes sobre ela, permite separar o logos do grito, a ‘bios’ da ‘zoé’. Todavia, também podemos notar que problemas como o da biotecnovoz (Camozzato, 2022) dizem respeito à impossibilidade de manter essa separação, já que, na voz, estão em associação tecnologia, natureza, discurso, afecção e outras

linhas de tensão e agenciamento que exigem que coloquemos em funcionamento aquele continuum entre natureza e cultura de Braidotti (2013) - a 'naturezacultura'.

Isto posto, temos: i) que a linguagem funciona na forma de um dispositivo; ii) que este dispositivo só pode ser lido na limitrofia da 'naturezacultura'. Da perspectiva neomaterialista, defendemos, com Lemke (2021) que os dispositivos são relacionais e dizem respeito a humanos e não-humanos em acontecimentos específicos. Tendo em vista i e ii, a tarefa desta seção é questionar, dada a performatividade decolonial incorporada que já defendemos, como certo pensamento gendrado e racializado sobre o uso da língua e o processo de produção de subjetividades que passa pela linguagem – mas nela não se encerra – foi lido da perspectiva gênero-dissidente, de modo a dar, para o acontecimento não-binário, uma espécie de genealogia: não como origem, mas como invenção (Foucault, 2009).

Tomamos, para tanto, três problemas-conceito: o de 'mestiza', o de 'cuir' e o de 'pretuguês', respectivamente de Gloria Anzaldúa, Felipe Rivas e Lélia Gonzalez. Não estamos aqui afirmando que esse autor e essas autoras são pessoas não-binárias, mas que as questões que levantam são da ordem de um complexidade que há muito tenta-se expurgar dos saberes sobre a linguagem e, no tocante à linguagem NB, o fazem segundo a ordem da precariedade e colocam a linguagem – desde que lida no interstício e não na forma da Lei – como ponto de decalagem.

Tomaremos os três excertos a seguir:

The new mestiza copes by developing a tolerance for contradictions, a tolerance for ambiguity... She learns to be an Indian in Mexican culture, to be Mexican from an Anglo point of view. She learns to juggle cultures. She has a plural personality, she operates in a pluralistic mode-nothing is thrust out, the good the bad and the ugly, nothing rejected, nothing abandoned. Not only does she sustain contradictions, she turns the ambivalence into something else (Anzaldúa, 1987, p. 79).

¿'Cuir'? -Repetieron ellas, mirándose intrigadas- ¿Qué es 'cuir'? Es 'cuir', 'cuir', como el insulto homofóbico, o como 'raro' en inglés. A esas alturas, ya estaba angustiado. 'Cuir', 'cuier', 'cuair'. Repetía gesticulando y alterando los modos de pronunciación, intuyendo que el problema podía estar radicado ahí. De pronto las gringas se miraron y exclamaron: Ah!... 'queer', 'queer'!. Diciéndolo de una manera que nunca había oído en mis conversaciones con activistas y teóricos de Latinoamérica (Rivas, 2011, p. 60, destaques do original).

Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. E por falar em pretuguês, é importante ressaltar que o objeto parcial por excelência da cultura brasileira é a bunda (esse termo provém do quimbundo que, por sua vez, e juntamente com o ambundo, provém do tronco linguístico bantu que 'casualmente' se chama bunda). E dizem que significante não marca... Marca bobeira quem pensa assim (6). De repente bunda é língua, é linguagem, é sentido é coisa (Gonzales, 1984, p. 238, destaques do original).

Nos três textos, como se pode notar, estamos diante de uma tomada positiva daquilo que é visto como um 'regesto', como uma abjeção cujos efeitos são o de invenção de formas de subjetividade, não apenas como abertura, mas como injunção à resistência. Nos três excertos, ainda, o problema que se levanta diz respeito à hibridização e à topologia geopolítica: há neles a presença do 'entremeio', do 'indecidido', do 'rasurado'. Por fim, e não menos importante, ambos agenciam a língua e a linguagem desde as relações não-discursivas, quer seja conforme a exigência de dispositivos gendrados e racializados, quer na instância materializada de seus corpos: a 'personalidade plural' de Anzaldúa, que inicia seu escrito descrevendo uma luta de sua língua com um dentista; os 'gestos' e a 'enunciação' de Rivas, que torna a repetição das ativistas uma deriva, um não-lugar, uma disjunção; a fala errada e a aparição da 'bunda' como 'objeto parcial', marca do corpo e da 'língua portuguesa'.

Atentemos para a última parte do enunciado de Lélia González: 'De repente bunda é língua, é linguagem, é sentido é coisa'. Queremos colocar relevo nesse processo de constituir um saber sobre a língua e a linguagem para o qual o corpo e os dispositivos que o afetam – “[...] as relações de poder passam pelo interior dos corpos – passam a ocupar o centro ambíguo não de uma estrutura, mas de uma afecção” (Deleuze & Guattari, 1992, paginação irregular). Mais, ainda: a bunda e o lugar perverso em que as 'coisas' do ânus se constituíram como o outro e o Outro das relações coloniais-gendro-racializadas e racializantes são solapadas pelas possibilidades de arranjos e associações, pela redistribuição da agência e pela demanda por uma língua que é, ao mesmo tempo, raça e linguagem, marca e deriva.

Tal inscrição compartilhada nessas três pessoas, aqui, não funcionam como ilustração ou apólogo, mas apontam para uma outra ordem de saberes sobre a língua e a linguagem a que podemos retomar como série.

Michel Foucault (2018, p. 21) nos ensinou que haveria duas grandes séries a constituir o Ocidente: uma epistemológica, *strictu sensu*, baseada no esforço de justificar um conhecimento transcendental, e outra, supostamente mais obscura, que dizia respeito à espiritualidade, lida como “[...] prática pelo qual o homem é deslocado, transformado, transtornado, até a renúncia de sua própria individualidade, da sua própria condição de sujeito”. É como essa prática de invenção de si que versavam os textos anteriores, incorporadas no sul e na bunda racializada, e é delas que partiremos para, finalmente, pensar o lugar da linguagem não-binária nessa intra-ação.

Descrever o emaranhado

Então, passemos ao objeto deste escrito, a linguagem não-binária. Como apontamos antes, nossa abordagem se dará segundo a ordem da intra-ação, o que implica que nos interessamos por uma diversidade de discursos, mas também por práticas de si e por modos de corporificação do problema não-binário, que aparecem de forma mais evidente quando tomamos as vozes do evento. Metodologicamente, ainda, nosso procedimento de descrição dessa intra-ação e no interior de dispositivos que respondem, atualmente no Brasil, ao aparecimento do neoconservadorismo (Birolli, Vaggione & Machado, 2020) e à invenção de resistências (uma delas, a linguagem NB), voltamo-nos para três frentes: a dos saberes sobre NB e seu aparecimento como questão; a da produção de subjetividades implicadas nesses saberes, que pode ser lida sobretudo nos questionários enviados a pessoas da graduação; a da injunção do corpo e da experiência como critério que muitas vezes sobrepuja a linguagem, incorporados nas vozes do evento Inclusive.

Nossas escolhas foram, novamente, localizadas e específicas. Ao invés de pensarmos em grandes períodos, tomamos como prescrição teórico-metodológica perscrutar o que aparecia na universidade em que atuamos e no evento de que tomamos parte. Não se trata, porém, de reducionismo, mas de entender que são justamente as regularidades encontradas que fazem sobrepujar cisões simples – como o local e o geral, por exemplo. Estamos no campo dos questionamentos e da busca de marcas, inscrições, pistas.

Passemos, pois, aos saberes. É preciso lembrar, antes, que desde as décadas de setenta e oitenta do século XX vem à superfície a exigência de uma linguagem inclusiva, inicialmente não-sexista e voltada para o direito das mulheres (Garcia & Sousa, 2016). Em 1991, numa parceria da Unesco, é publicado o *‘Recomendaciones para un uso no sexista del lenguaje’* (1991), cujo esforço é inventariar maneiras alternativas diante do masculino genérico, desde então contestado. No Brasil, há no governo Dilma Rousseff uma ampliação, da ordem de sua inclusão no âmbito das leis

[...] no ano de 2012, que a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.605, de 3 de abril de 2012, que obriga as instituições de ensino públicas e privadas a empregar a flexão de gênero para nomear profissão ou grau nos diplomas expedidos (BRASIL, 2012). Nessa proposta de feminização da linguagem junto à formulação de alternativas ao masculino genérico no âmbito das políticas públicas, encontramos, no ano 2014, a publicação do Manual para uso não sexista da linguagem – o que bem se diz bem se entende pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, à época sob a gestão do petista Tarso Genro – quem além promulgar a Lei nº 14.484 de 30 de Janeiro de 2014, sobre o uso de linguagem inclusiva de gênero na administração pública [...] (Butturi Junior, Camozzato, & Silva, 2022, p. 334).

No mesmo 2014, nas redes sociais, um deslocamento duplo aparece: em relação à circulação dos saberes, pois não se trata de um engendramento institucional acadêmico-legal; em relação ao sistema heterocisnormativo colonial, visto que o que se exige é a inteligibilidade para formas de existência trans* e não-binárias: a Diversity Bbox, que sustenta uma modificação no uso dos pronomes – via ILE – e a produção de resistências.

A história, desde então, é bem conhecida e parece apontar para uma nova versão do ‘sexo falante’ – diríamos, agora, dos ‘gêneros falantes’ – que contava Foucault acerca do dispositivo da sexualidade. Todavia, o que está em jogo neste acontecimento não-binário na linguagem é justamente seu caráter de uma polivalência tática dos discursos e das coisas. Expliquemo-nos: o lugar da linguagem não-binária pode ser lido desde a manualização e da prescrição reivindicatória até o limite da negação da norma corporal-gendrada-racial que, também no limite, coloca certas modalidades de vida fora do campo do inteligível. É essa agência inventiva e transformadora que descrevemos aqui.

A NB e o problema da viabilização na UFSC

Então, vejamos: uma etapa de nossa pesquisa, como afirmamos antes, consistiu na elaboração de um questionário de sete questões e uma questão aberta, endereçado a pessoas não-binárias da UFSC.

Inicialmente, em fevereiro de 2023, tentamos circunscrever o questionário a pessoas de Letras, mas a baixa taxa de resposta nos obrigou a expandir a oferta do questionário para outras pessoas da UFSC. Nesse segundo caso, o fizemos, majoritariamente, via redes sociais (Instagram e Whatsapp), mobilizando, para tanto, redes, grupos e articulações gênero-dissidentes da universidade com as quais nos aliamos.

Nossa escolha pela UFSC, como também afirmamos, diz respeito ao caráter local da perspectiva que adotamos, mas também pela natureza que o corte agencial demanda: a UFSC, ao mesmo tempo que localizada numa geografia lida como ‘bolsonarista’ e ‘neoconservadora’, com forte presença executiva e legislativa da chamada ‘direita’², é uma universidade que não apenas tem políticas específicas para a gênero-dissidência como é reconhecida como espaço de pesquisa de ponta na área de gênero e sexualidade. Esses enfrentamentos, como condição do funcionamento do poder, acabam por produzir efeitos e inventar formas de subjetividade, o que tivemos em conta em nossa abordagem.

Nosso questionário versava sobre atributos censitários e de pertencimento, como modalidade de matrícula na UFSC (graduação ou pós, qual curso, qual fase do curso), racialidade, faixa etária, autonegação dentro de espectros da não-binariedade (‘pessoa não-binária’; ‘pessoa transmasculina não-binária’; ‘pessoa transfeminina não-binária’ e ‘outra’) e finalizava com uma pergunta aberta que fazia um convite ao compartilhamento de questões consideradas relevantes para a comunidade não-binária e para as práticas linguístico-discursivas-materiais NB dadas no solo da UFSC, oferecendo como exemplos de temas passíveis de abordagem os modos como a instituição dialoga ou não com as pessoas NB e as estratégias inventadas por si para publicização e respeito aos próprios pronomes.

Obtivemos 12 respostas, dentre as quais figura a de um masculino cis. O que encontramos diz respeito a uma faixa etária jovem (mais de 80% tem entre 18 e 24 anos) e que frequenta as primeiras fases de seus cursos – nenhum deles do campo do que conhecemos como as *hard sciences* ou as tecnologias. Essas diferenças já são indicativos de que se pode pensar numa demanda geracional (a faixa etária dos 18 aos 24 anos responde a mais de 50% do total) e que ainda está restrito a certa parcela da população. Poderíamos, aqui, aventar a possibilidade de uma distribuição epistêmico-topológica, mas pensamos não haver enunciados suficientes para tanto. Racialmente, a distribuição foi de 77% de pessoas brancas e 23% de pessoas negras – na autodeclaração. Há aqui uma diferença diante de um dos últimos relatórios sobre o corpo discente da UFSC: “Na UFSC, 77,7% dos respondentes são brancos; 12,9% se declaram pardos; 5,3% pretos; e 0,5% indígenas” (Universidade Federal de Santa Catarina [UFSC], 2019). Ora, seguindo nossa discussão, parece haver um vértice entre a afirmação da subjetividade não binária e a afirmação da negritude/pretitude.

Localizados, vamos ao corpus de enunciados, lendo-os em três regularidades. A primeira delas diz respeito ao campo acadêmico, mais diretamente à UFSC, que aparece em diversas respostas como uma instituição que está atenta às dissidências de gênero. Leiamos:

A instituição, pelo menos no curso que estou, lida muito bem com a questão de pessoas nb, desde antes de começar as aulas demonstrou sua inclusão, por meio de e-mails e outro contato. Em jornalismo nós temos matéria chamada ‘jornalismo, identidade, diversidade e gênero’ que trata sobre isso e outras questões relevantes e que devem ter mais atenção e repercussão diante a todos [...] (UFSC, 2019, destaques do original).

É interessante observar que há uma forma de ratificação dos discursos que colocam a Universidade na direção oposta da política local, às voltas com a perseguição ao que tem sido chamado de ‘ideologias de gênero’. A UFSC, nesse caso, aparece como uma ‘heterotopia política’ (Foucault, 2013) em Florianópolis. Não é raro que nós mesmos a tratemos como uma ‘bolha’, um espaço em que os direitos minoritários são ouvidos – ou ao menos dados a ver, inventariados como inteligibilidades.

A segunda regularidade diz respeito à circulação do poder na universidade e ao lugar do corpo docente, que tende a ser enunciado como ainda não preparado para a linguagem não-binária: “Até hoje nenhum professor acertou meu pronome. Urge a necessidade de uma formação sobre o assunto da transgeneridade e linguagem neutra para que os professores aprendam a utilizá-la e a perguntar os pronomes das estudantes” (Pessoa entrevistada 1).

No excerto acima, a reivindicação sobre a linguagem acaba por criar vértice com a própria reivindicação da existência e da inteligibilidade trans. Dito de outro modo – e com Butler –, o pronome parece materializar um não-discursivo, inscrito e incorporado num corpo a quem, insistentemente, se nega o acesso ao dizível. Estamos no campo da limitrofia, das associações e do entre-lugar do hífen e dos efeitos metonímicos do

²Para uma descrição da ascensão da nova direita em Santa Catarina e de seus impactos na educação, bem como do papel da UFSC na invenção de resistências, remetemos à tese de Menin (2023).

tecnobiopolítico: não se usa a linguagem (parte) porque, de fato, não se dá inteligibilidade a corpos que não são hetercismos normativos (todo). O enunciado torna, ainda, mais flagrante o regime de exceção se considerarmos as respostas de estudantes de Letras, onde supostamente somos especialistas em linguagem – não apenas na língua generativa-estrutural.

Vamos à terceira regularidade, que funciona como um efeito da segunda. Leiamos: “[...] o que sinto é uma invisibilização e desconhecimento sobre nós nb. As vezes parece (e sinto) que não existo, tanto por parte de colegas quanto por parte de professores” (Pessoa entrevistada 2).

No enunciado, uma afecção repetida entre as respostas aponta para uma não existência. Tal qual a ‘*mestiza*’ e o ‘*pretuguês*’, estamos no não-lugar em que a tecnobiopolítica produz ‘*assemblage*’ entre corpos e linguagem, no interior de dispositivos em correlação e, portanto, entre várias estratégias de exceção. Esse entrelugar, esse hífen, acaba por descrever o fracasso das categorias genérico-racializantes e, no limite, das categorias com que nos acostumamos a ler a língua como uma unidade inquebrantável.

Essa problematização da língua vai ser adensada nos discursos do evento, cujas regularidades passamos a descrever a seguir.

A NB para além dos saberes acadêmicos

Antes de passar às análises, é mister dar algumas informações: os recortes discursivos desta subseção são de um evento on-line, o ‘Inclusive’, realizado em 2023. Na mesa em questão, disponível no Youtube (Grupo de Estudos no Campo Discursivo UFSC, 2023), uma pessoa NB, uma pessoa transmasculina NB e uma pessoa ‘transmasculine não-binária, sapatransviade’ colocam em questão os discursos acadêmicos e suas práticas. Mais uma vez, nossa escolha se valeu do imperativo neomaterial de levar em consideração práticas circunscritas e tendo em vista um recorte agencial ainda regular – em relação aos saberes NB e aos questionários.

Como na seção anterior, a violência aparece como uma regularidade, em sua relação com a constituição dos próprios saberes sobre a língua que circulam entre os especialistas: “[...] era uma violência que acontecia o tempo todo, então quando eu percebi que eu precisava falar tudo isso pra mim não faria sentido falar sobre isso se não fosse a partir, com base numa ontologia, numa epistemologia” (Palestrante um, Inclusive, 2023). Como o excerto sugere, porém, trata-se de uma ‘violência o tempo todo’, uma espécie de afecção que passa pela língua mas não se esgota nela. Eis aqui a questão que nos interessa nas vozes: o embate entre uma reivindicação político-linguística da linguagem NB e o de uma violência que lhe é anterior, corporal, marcada. Certamente, não se trata de um par excludente, mas de uma implicação intra-ativa e material-discursiva que aparece como regularidade – e produz efeitos. Essa violência, distribuída não apenas como prática externa à Universidade, mas constitutiva de sua formulação – mais detidamente, do campo da Linguística – é uma marca importante desses discursos. Ora, aqui não se trata de colocar no primeiro plano o outro, uma topologia neoliberal-cristã que interdita modos de vida, mas apontar para um funcionamento na própria ontologia que a Linguística faz funcionar. Podemos aqui pensar, com Deleuze e Guattari (1992), que a língua é mesmo uma palavra de ordem e a binariedade do gênero funciona na condição de apagamento de sua multiplicidade.

Estamos, pois, no campo da intra-ação entre as corporalidades e subjetividades NB e o dos saberes acadêmicos. Numa outra fala, a pessoa transmasculina traz à tona outra espécie de violência epistêmica, a saber, o esforço categorial de inscrição. Leiamos: . Isso é uma leitura muito simplista de toda a questão da não binariedade. Então vamos lá. Primeiro. Existem pessoas trans não-binárias e existem pessoas não-binárias que não são trans. Quando a gente começa a pensar em linguagem não-binária, a gente tá falando de uma linguagem que traz visibilidade para pessoas. Tem pessoas que são não-binárias e não são trans. Tem sapatão, por exemplo, que não se entende dentro de um espectro de binariedade de gênero e nem por isso ela é uma pessoa trans. E tá tudo bem. Eu demorei muito tempo para entender isso. É isso que eu tou falando de ontologia (Palestrante um, Inclusive, 2023).

Eis que novamente o problema de uma ontologia binarista pretende açambarcar a multiplicidade exigida pelas pessoas trans* e NB. O problema da língua e do discurso, então, passam justamente pelo apagamento das materialidades, na performatividade da matéria, materialdiscursividade que costura Barad (2017) a Butler (2018a);. Dito de outro modo, na intra-ação sobre a qual nos debruçamos, são os corpos, as experiências, as vulnerabilidades e a localização que se exclui, de modo a produzir um discurso coeso – que, no limite e segundo as pessoas da mesa, carrega a possibilidade de visibilização mas, ambigualmente, exige uma normalização e uma normatização em língua.

As fronteiras que limitam algo como uma unidade territorializada e formalizada de ‘língua’ são, inclusive, suspensas por uma das pessoas da mesa, que narra seu trânsito por América Latina, de hispanofalante a

migrante residente no Brasil e, aqui falante de português. Enuncia-se, nesse nomadismo, uma inscrição corporal e topológica na linguagem que, além de estabelecer outros arranjos entre código, discurso, corporalidade e inteligibilidade, em suas palavras:

[...] tem me ajudado a me permitir brincar com a linguagem, brincar com a palavra, com a letra e pensar em outras linguagem possíveis, também, não só a palavra como linguagem, mas também o próprio corpo, em si, e como ele também se monta nessa festa linguística (Palestrante dois, Inclusive, 2023).

Diante da circunscrição, a estratégia das pessoas da mesa não é a de negar a viabilidade e a visibilidade da linguagem NB, mas mesmo de solicitar um espaço de invenção:

[...] pensar a linguagem não-binária desde um lugar um pouco mais ampliado, um pouco mais plural, para além de colocar esse 'e' – que eu respeito, inclusive, os pronomes com os quais a pessoa se reconheça, né? – e mais uma fissura mesmo, um repensar-se, uma crítica (Palestrante 2, Inclusive, 2023, destaque nosso).

A crítica, aqui, pode ser aproximada daquela atitude que Foucault (2010) definiu como uma ética e uma estética da existência, desde o *sapere aude* de Kant e a *epimeleia heautou* da Antiguidade. Nesses dois casos, não como uma injunção moral ou linguística, mas na modalidade de uma experimentação de si e na corporalidade radical.

Considerações finais

Este texto quis marcar, na problematização da não-binariedade, os limites de uma discussão modernizante e de uma ontologia dualista, em que a separação entre a linguagem, a vida e a política, nos termos de Latour (1994) ainda grassa êxito. O que podemos observar, na intra-ação material discursiva da não-binariedade, é que há corpos e existências que constantemente põem em suspenso o funcionamento colonializante do saber acadêmico e que o questionam de dentro.

Nosso texto partiu de uma discussão sobre esse material-discursivo, tendo em vista também um deslocamento decolonial para pensar o acontecimento não-binário. Depois disso, passamos a duas séries de recortes: a primeira, de alunes de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina; a segunda, de falas de participantes de um evento que tematizava a questão.

Notamos que, quanto às regularidades, enquanto entre discentes de graduação o problema se centra nas reivindicações de visibilidade pelo discurso e pela língua, entre as pessoas que participaram do evento a própria relação corpo, sujeito e discurso é colocada em suspeição e, a partir daí, os saberes passam a ser lidos sob a égide da invenção. Neste último caso, como nas discussões de Anzaldúa, Rivas e González, são os limites categoriais e a violência racial-gendrada dos próprios campos do saber que passam a objeto de problematização.

Assim, ainda que haja, como em qualquer forma de resistência, a possibilidade de inventarmos outras formas de controle e disciplinamento, aqui quisemos descrever o acontecimento não-binário justamente na limitrofia decolonial por ele inaugurada: no sul global gendrado-racializado e no 'corpo vocal' pelos quais a vida das pessoas NB aparece na cena pública. Se essa vida é sempre colocada em xeque – pelo riso, pela precarização e no limite da morte –, é também nessa posição de devir minoritários que ela se faz inteligir, ouvir e se reinventar.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Fapesc pelo financiamento (projeto e bolsa), processo PJD202242100000.

Referências

- Anzaldúa, G. (2009). *The gloria Anzaldúa reader*. London, GB: Duke University Press.
- Anzaldúa, G. (1987). *Borderlands | la frontera: the new mestiza*. San Francisco, CA: Aunt Lute Books.
- Barad, K. (2017). Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. *Vazantes*, 1(1), 7-34.
- Borba, R., & Lopes, A. C. (2019). Escrituras de gênero e políticas de *différance*: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. *Linguagem & Ensino*, 21(esp.), 241-285.
DOI: <https://doi.org/10.15210/rle.v21i0.15198>
- Braidotti, R. (2013). *The posthuman*. Cambridge, GB: Polity Press.

- Birrolli, F., Vaggione, R. M., Machado, M. D. C. (2020). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina* (20a ed.). São Paulo, SP: Boitempo Editorial.
- Butler, J. (2021). *Discurso de ódio: uma política do performativo*. São Paulo, SP: Unesp.
- Butler, J. (2020). *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*. São Paulo, SP: N-1 Edições.
- Butler, J. (2018a). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (16a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2018b). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa de assembleia* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2017). *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Butturi Junior, A., Camozzato, N. M., & Silva, B. F. (2022). Uma monstruosidade linguístico-moral: os discursos sobre a linguagem neutra nos projetos de lei do Brasil: the discourses on neutral language in Brazilian bills. *Calidoscópio*, 20(1), 322–350. <https://doi.org/10.4013/cld.2022.201.16>
- Butturi Junior, A., & Camozzato, N. M. (2023). Prolegômenos a uma análise neomaterialista dos discursos. In C. G. Severo & M. E. K. Buzato (Orgs.), *Cosmopolítica e linguagem* (p. 73-95). Campinas, SP: Letraria.
- Camozzato, N. M. (2022). *Vozes gênero-dissonantes: uma cartografia pós-humanista* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Costa, C. L. (2020). Feminismos decoloniais e a política e a ética da tradução. In H. B. Hollanda (Org.), *Pensamento feminista hoje - perspectivas decoloniais* (p. 320-345). São Paulo, SP: Bazar do Tempo.
- Cowan, B. A. (2014). "Nosso Terreno" crise moral, política evangélica e a formação da 'Nova Direita' brasileira. *Varia Historia*, 30(52), 101-125. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752014000100006>
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1992). *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34.
- Derrida, J. (2002). *O animal que logo sou (a seguir)*. São Paulo, SP: Unesp.
- Derrida, J. (1991). Assinatura acontecimento contexto. In J. Derrida (Ed.), *Limited Inc* (p. 11-37). Campinas, SP: Papirus.
- Esposito, R. (2015). *Persons and things: from the body's point of view*. Cambridge, GB: Polity.
- Foucault, M. (2018). *O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a revolução iraniana*. São Paulo, SP: N-1 Edições.
- Foucault, M. (2009). *História da sexualidade: a vontade do saber* (vol. 1, 19a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Foucault, M. (2013). *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo, SP: N-1 Edições.
- Foucault, M. (2010). *O governo de si e dos outros*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Garcia, D. A., & Sousa, L. M. A. (2016). A manualização do saber linguístico e a constituição de uma linguagem não sexista. *Revista Línguas & Letras*, 17(35), 86-106.
- Gonzales, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 223-244.
- Habib, I. G. (2021). *Corpos transformacionais: a transformação corporal nas artes da cena* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Dança. Universidade Federal da Bahia.
- Halberstam, J. (2018). *Trans*. Una guía rápida y peculiar de la variabilidad de género*. Barcelona, ES: Egales.
- Halperin, D. M. (2017). Introduction: the war on sex. In D. M. Halperin & T. Hoppe (Eds.), *The war on sex* (p. 1-63). London, GB: Duke University Press.
- Haraway, D. J. (2009). Manifesto ciborgue - ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In D. J. Haraway, H. Kunzru, & T. Tadeu (Orgs.), *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano* (2a ed., p. 33-118). São Paulo, SP: Autêntica.
- Hardt, M., & Negri, A. (2004). *Império* (6a ed.). São Paulo, SP: Record.
- Grupo de Estudos no Campo Discursivo UFSC. (2023, 3 out.). INCLUSIVE - I Simpósio de linguagem inclusiva-neutra-não-binária. *Youtube*. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=roqVkJrWwe4>
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro, RJ: Edições 34.
- Lemke, T. (2016). Rethinking biopolitics: the new materialism and the political economy of life. In S. E. Wilme & A. Žukauskaitė (Eds.), *Resisting biopolitics: philosophical, political, and performative strategies* (p. 57-73). London, GB: Routledge.

- Lemke, T. (2021). *The government of things: foucault and the new materialisms*. New York, NY: New York University Press.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22(3), 935-952.
- Menin, A. F. (2023). *Do global ao local, a onda conservadora sai do “armário”? O debate sobre gênero e diferença sexual nas escolas do interior de Santa Catarina* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Rivas, F. (2011). Diga “queer” con la lengua afuera: sobre las confusiones del debate latino-americano. In *Coordinadora Universitaria por la Disidencia Sexual* (Ed.). *Por un feminismo sin mujeres: fragmentos del segundo circuito disidencia sexual* (p. 59-75). Territorios Sexuales Ediciones.
- Santos Filho, I. I. (2021). Afrontas queer/cu-ir: linguagem não-binária na escrita acadêmica (implicações políticas e possibilidades). *Revista da ABRALIN*, 20(3), 1256-1275. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i3.2003>
- Universidade Federal de Santa Catarina [UFSC]. (2019, 29 mai). *Perfil do graduando UFSC: série apresenta resultados de pesquisa nacional realizada com estudantes*. Florianópolis. Recuperado de: <https://shorturl.at/xC0dl>